

CONSTITUINTE.

Militares debatem o parlamentarismo

por Andrew Greenlees
de Brasília

O presidente da Comissão de Sistematização da Constituição, senador Afonso Arinos (PFL-RJ), reúne hoje para o almoço os quatro ministros militares e um grupo de políticos adeptos do parlamentarismo. O tema central do encontro será justamente a possível adoção desse sistema de governo na futura Constituição brasileira, hipótese vista com reservas pelas Forças Armadas.

Dois outros assuntos diretamente vinculados aos militares nos trabalhos constitucionais também poderão ser levantados no almoço. Em primeiro lugar, o papel destinado às Forças Armadas no substitutivo do relator Bernardo Cabral. O general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, deixou bem claro ontem, em conversa com o senador Fernando Henrique Cardoso, relator adjunto, sua discordância com a exclusão da tarefa de manter a "lei e a ordem" no País. A anistia aos cassados pelo regime militar é outra preocupação, mas o novo texto elaborado por Cabral — que não prevê reintegração dos atingidos —, teve repercussão mais favorável junto aos militares.

A resistência ao parlamentarismo, porém, não diminuiu. No almoço de hoje, além de Arinos, os parlamentaristas Fernando Henrique Cardoso, Luiz Henrique (líder do PMDB na Câmara), Sandra Cavalcanti (PFL), e Bonifácio de Andrada (PDS) tentarão explicar a viabilidade do novo sistema no País. Não agrada aos militares a ideia de serem seus ministros passíveis de destituição no caso de queda do gabinete.

Além de promover o encontro desta tarde, o senador Arinos já é visto como patrono de um movimento para a manutenção da proposta parlamentarista até o texto definitivo, contra as pressões presidencialistas do Congresso e do próprio Palácio do Planalto, bem como dos militares. Uma primeira reunião dessa ala parlamentarista, prevista para ontem à noite, conta com o início da tarde com 35 convogados.

Entre os participantes desse movimento, há uma forte impressão de que a fórmula contida no substitutivo de Bernardo Cabral tem poucas chances de sobreviver para chegar-se a um ponto aceitável para todos os ramos parlamentaristas, o presidente precisaria ser "fortalecido politicamente", como diz o senador José Fogaça, do PMDB, relator da subcomissão que tratou do assunto.

Na opinião de Fogaça, são necessárias modificações no mecanismo de formação do governo — ga-

Forças Armadas advertem...

por Mariângela Hamu
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

moderada do povo brasileiro". O ministro Leônidas referia-se ao anteprojeto de Constituição do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, concluído em sua versão final nas primeiras horas da madrugada de ontem (quinta-feira), embora um primeiro esboço tivesse sido solenemente entregue pelo deputado Ulysses Guimarães, na noite anterior.

"Estamos cheios de apreensão" disse o general, "e gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer estas palavras, especialmente porque estão aqui as lideranças no Congresso. Gostaria ainda de esclarecer que consolidei minha posição ouvindo os constituintes através dos meus oito assessores parlamentares, ou diretamente."

rantindo ao presidente maior influência. Pelo substitutivo de Cabral, inspirado nesse ponto pelo próprio Arinos, o presidente tem apenas uma oportunidade de indicar o primeiro-ministro. Em caso de rejeição por parte da Câmara, é ela quem assume a responsabilidade pela escolha. Fogaça prefere a fórmula aprovada na comissão temática, que garante nova chance ao presidente da República.

Outros parlamentaristas assinalam, ainda, que o fato de o atual sistema ser bastante próximo do "puro" permite maior margem de negociação. Eles lembram também que Cabral não fixou a data para a implantação do novo sistema. Novo dado para debate, já que existe a possibilidade de isso ocorrer somente após o término do mandato do presidente Sarney.

Mas o grupo parlamentarista não está livre de divergências internas. Alguns, como Arinos, acreditam que seria melhor garantir o sistema e aprovar para Sarney os cinco ou mesmo seis anos. "Seria conveniente e creio que seja quase irreversível", disse ontem o senador. Uma outra ala, no entanto, admite que isso venha a ocorrer, mas não aceita colocar o mandato como ponto de negociação com o Planalto, em troca do parlamentarismo.

"A verdade pode ser dura, mas é a verdade, e a verdade é que a vontade política do governo não vige lá (na Constituinte) nem entre a maioria moderada. Nós sabemos", concluiu o ministro, "que uma minoria ativa e vigilante vem comandando as ações." Em seguida, diante da plateia ainda silenciosa, falou novamente o presidente Sarney: "A abertura, no Brasil, se fez com as Forças Armadas. Elas têm colaborado sempre". O líder José Lourenço endossou os dois pronunciamentos e a reunião foi encerrada.

Os ministros e parlamentares já deixavam a sala de reuniões do Palácio quando o líder do PMDB na Constituinte, senador Fernando Henrique Cardoso, aproximou-se, preocupado, do ministro do Exército e perguntou: "Ministro, por que o senhor está tão zangado?"

O general Leônidas explicou a Cardoso que estava angustiado porque o que havia sido previa-

mente acertado entre seus assessores e os assessores do deputado Bernardo Cabral não havia sido respeitado. O anteprojeto do relator — segundo entendimento do ministro — não havia sido fiel aos entendimentos, sobretudo no que diz respeito à anistia aos militares cassados e ao papel das Forças Armadas. O artigo 1º das disposições transitórias, que trata da anistia, diz:

"É concedida anistia a todos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação desta Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares e aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, bem como os atingidos pelo Decreto-lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções na inatividade, ao cargo, ao emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de

permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes e respeitadas as características e peculiaridades próprias das carreiras dos servidores públicos civis e militares, observados os respectivos regimes jurídicos".

Parágrafo único: "O disposto no caput deste artigo somente gera efeitos financeiros a partir da promulgação da presente Constituição, vedada a remuneração de qualquer espécie em caráter retroativo".

Os entendimentos para solucionar o impasse foram iniciados pelo próprio presidente ainda na sala de reuniões. Ele pediu aos ministros que endossassem a tese do governo a favor do presidencialismo através de suas bancadas no Congresso. A partir de hoje, o presidente telefonará a cada um dos ministros insistindo no pedido. O sistema de governo — entendem o presidente e seus seguidores — é o maior desafio neste momento, e é por aí que eles começarão a agir.

Sarney pede apoio de seus auxiliares para mudanças no projeto

por Edison Beú
de Brasília

Durante a reunião ministerial de ontem, o presidente José Sarney pediu, enfaticamente, a participação de seus auxiliares, no trabalho que ele empreenderá nos próximos dias, com prioridade máxima: mudar, através de apresentação de emendas, alguns pontos contrários aos interesses do governo.

"Eu pedi a todos os ministros que examinassem o projeto de Constituição e, ao mesmo tempo, que procurassem analisar, em face da realidade do governo, com a experiência que nós temos, e apresentassem sugestões às nossas lideranças no Congresso Nacional", relatou ele, após sair da reunião, no instante em que se dirigia ao restaurante do Palácio do Planalto, em companhia dos três ministros da casa: Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), Bayma Denys (Gabinete Militar) e Ivan de Souza Mendes (SNI).

CRÍTICAS DE SARNEY Mas, momentos antes, na sala de reuniões, contígua ao seu gabinete, ele já tinha criticado abertamente alguns artigos do substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). "A mineração, tal qual está no projeto, torna-se praticamente impossível", reclamou Sarney, segundo o secretário de Imprensa, Antonio Frola Neto. O presidente também manifestou preocupação específica com a legislação tributária prevista no substitutivo, na sua opinião, bastante prejudicial ao caixa do governo.

Sarney evitou criticar a proposta parlamentarista, provavelmente mais por respeito à presença das lideranças da Aliança Democrática, convidadas para a reunião, de acordo com a explicação de um de seus assessores. "Seria até uma indelicadeza", comentou. Participaram da reunião os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Carlos Chiarelli (PFL-RS), os deputados Luís Henrique (PMDB-BA), José Lourenço (PFL-BA), e o líder do governo na Câmara dos Deputados, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA).

"TAREFA URGENTE" Após convocar o poder de pressão dos ministros junto às lideranças do Congresso Nacional, Sarney fez ainda questão de salientar: "Trata-se de um pedido meu. Lembro que não temos mais muito tempo para isso, em face do cronograma da Constituinte. Por isso, é uma tarefa urgente".

Presente à reunião, Frola Neto acha que o presidente aproveitou bem a ocasião, para cobrar a presença integral de sua equipe, em defesa das posições por ele pregadas. "Na mesa, estava todo o governo, nas figuras dos ministros, na letra "a" à letra "z", observou.

O enfoque político da reunião realizada com a finalidade de aprovar medidas para conter o déficit público foi valorizado pela observação do ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira. O ministro, segundo o secretário de Imprensa, alegou que o caminho da transição democrática seria muito mais "fluido", se fossem superados os atuais problemas econômicos do País. O sucesso dos dois projetos — político e econômico —, enfatizou o titular da Fazenda, dependia, fundamentalmente, da "consciência nacional" e não, apenas, de medidas governamentais.

CÁLCULOS DE LEÔNIDAS Na mesma reunião em que o presidente Sarney pediu a seus ministros esforços para conter o déficit público, o general Leônidas Pires Gonçalves, ministro do Exército, argumentou que a anistia e a aposentadoria para militares, conforme está previsto no substitutivo do relator Bernardo Cabral, poderiam ter reflexos negativos sobre esta política de contenção de gastos.

Pelos cálculos do ministro, a aposentadoria integral proposta elevaria de aproximadamente CZ\$ 4 mil para perto de CZ\$ 22 mil uma pensão e 20 mil ex-combatentes seriam beneficiados. A anistia, ainda conforme os números apresentados pelo general, significaria uma despesa adicional de CZ\$ 50 bilhões, dos quais CZ\$ 25 bilhões no Exército, CZ\$ 10 bilhões na Marinha e CZ\$ 15 bilhões na Aeronáutica.

O líder do PFL na Câmara, José Lourenço, foi o único parlamentar presente a comentar, ainda na reunião, as palavras do ministro do Exército. Lourenço prometeu que o texto final da Constituição estará em sintonia com "a vontade do povo", conforme relato de uma credenciada fonte do Palácio do Planalto.

Políticos acompanham a reação

por Cecília Pires
de Brasília

Parlamentarismo, anistia e papel das Forças Armadas. Estas foram as questões centrais da reação dos militares, na versão do senador José Richa, que manteve contato durante todo o dia de ontem com o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves.

"A reação não foi tão grande assim. Houve um certo descontentamento não em relação a um tema específico, mas em relação a uma coisa aqui, outra ali". Richa, um dos parlamentares com melhor trânsito entre os militares, defensor da implantação de um parlamentarismo gradual, ainda no governo Sarney, conversou com o ministro do Exército ontem pessoalmente e por telefone, sobre o assunto. E muito provável que ele trate da questão com o próprio presidente Sarney ainda hoje, em audiência no Palácio do Planalto.

"O ministro foi muito veemente", na versão do líder do PFL, deputado José Lourenço, que participou da reunião do presidente Sarney com os ministros. "O ministro foi surpreendido com assuntos que foram incluídos no texto e que não foram aborda-



José Richa

dos em conversas anteriores com os ministros militares, e disse que isso deve ter sido influência das minorias organizadas". Lourenço levantou como hipótese para localizar estas minorias, pessoas do próprio Prodasen, num insólito raciocínio que acabou não explicando.

"O deputado Bernardo Cabral conversou conosco sobre muitos pontos e na reunião das lideranças discutimos isso. Fernando Henrique também se declarou surpreendido com o substitutivo", afirmou Lourenço. "Na questão da anistia aos militares, havia um compromisso antigo entre mim, Pimenta da Veiga e Ulysses Guimarães de que ela se esgotava com

a emenda 26", disse Lourenço, referindo-se à anistia parcial aprovada no ano passado pelo Congresso.

Segundo o líder do PFL na Câmara, "precisamos nos conscientizar que estamos numa transição e ela se completa com a promulgação da Constituição. A transição foi feita tendo como princípio o diálogo e o entendimento. O que não pode é ter um entendimento que depois não é produzido nos documentos", disse Lourenço.

A MUDANÇA DE COVAS O líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, passou a defender o sistema parlamentarista de governo e sua adoção ainda no governo Sarney, contrariando sua própria posição na reunião da bancada do PMDB, no início dos trabalhos da Constituinte. Nesta ocasião, numa resposta ao pronunciamento do presidente Sarney, realizado um dia antes em cadeia de rádio e televisão, defendendo o sistema presidencialista e um mandato de cinco anos, a bancada do PMDB resolveu aprovar o sistema parlamentarista. Covas votou num sistema misto.

"Eu sempre defendi o parlamentarismo", reagiu ontem o senador. "Não defendo o parlamentarismo como forma de resolver

uma crise, ou como instrumento de negociação para modificar o mandato do presidente, que deve ser de quatro anos. Eu vou votar 4 anos para o mandato de Sarney em qualquer sistema de governo, presidencialismo, parlamentarismo, anarquia, qualquer deles". Indagado sobre a intenção do presidente de realizar um plebiscito para evitar a adoção do sistema parlamentarista, Covas indagou: "Se a escolha for pelo presidencialismo, também haverá um plebiscito?"

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS — Anistia, mandato presidencial, redividão territorial, lei agrária, estruturação do Superior Tribunal de Justiça e todos os temas, que se tornaram polêmicos e não encontraram condições de inclusão nos nove títulos do projeto de texto constitucional de Bernardo Cabral, foram colocados no título das "disposições transitórias". Assim, no seu artigo 1º é concedida a anistia a todos que foram punidos por motivos políticos, desde 1946 até a data da promulgação do texto constitucional. O texto assegura promoções ao cargo, emprego ou posto da carreira, mas não gera despesas com pagamentos anteriores, já que o parágrafo único diz claramente "vedada a remuneração de caráter retroativo".

ELEIÇÕES DIRETAS

Baianos adiam o comício

Prevedendo um fracasso de público, os organizadores da campanha por eleições presidenciais diretas em 1988 resolveram adiar para 25 de setembro o comício que haviam marcado anteriormente para hoje em Salvador. Membro da comissão organizadora, o deputado Haroldo Lima, líder do PC do B na Câmara Federal, reconheceu que, conduzido apenas pelos partidos de esquerda, o comício não atrairia a grande multidão que se planejava levar à rua.

Os organizadores alimentam esperanças de que o adiamento permitirá a incorporação ao Comitê Pró-Diretas da Bahia dos setores do PMDB que, apesar, de estarem favoráveis aos quatro anos de mandato para o presidente Sarney, ainda não aderiram à organização do evento. Outra causa do esvaziamento do comício é a posição de desestímulo do governador Waldir Pires e do prefeito de Salvador, Mário Kertesz, em relação ao evento.

O comício pró-diretas, na Bahia, vem sendo organizado pelo PC do B, PCB, PDT, PT e PSB, mas Haroldo Lima espera contar, até o dia 25 de setembro, com a adesão de vários deputados federais e estaduais e até senadores do PMDB que também defendem o encurtamento do mandato do atual presidente. Ele informou que procurará Waldir Pires nos próximos dias para tentar obter dele uma declaração formal de que não tem restrições ao comparecimento de pemedebistas no comício.